

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.756 - RS (2015/0225459-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **NELMA CAMÕES HILGERT**
ADVOGADOS : **HERMANN HOMEM DE CARVALHO ROENICK - RS013470**
MARIA LETICIA PEDROSA ROENICK RODRIGUES - RS058616
HENRIQUE OSVALDO POETA ROENICK - RS073028

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial manejado por Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 312):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. NOTÁRIOS E REGISTRADORES - DIREITO IMPLEMENTADO ANTES DO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20 DE 1998. Deve m ser resguardados os direitos dos auxiliares quando, comprovadamente, já haviam implementado os requisitos necessários quando da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 de 1998. Questão de fundo que ultrapassa a mera análise de status de notários ou registradores no que tange a serem considerados servidores públicos. Entendimento do art. 40, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.935 de 1994.

DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 472-476).

Alega o insurgente, nas razões do especial, violação do art. 6º do CPC/1973, por suposta ilegitimidade ativa da recorrida para discutir ato personalíssimo realizado pelo seu falecido cônjuge, a saber, o termo de opção expressando a vontade de permanecer no exercício de suas funções de forma privada.

Por outro lado, aduz contrariedade ao disposto nos arts. 40 e 51 da Lei n. 8.935/1994, sustentando, em suma, que não há direito à cumulação do RPPS e do RPGS.

No ponto, assevera (e-STJ, fl. 495):

Assim, tendo o extinto registrador renunciado à percepção de vantagens e manutenção do regime de próprio de previdência dos servidores públicos, a fim de não se sujeitar à aposentadoria compulsória, não há como subsistir a decisão atacada, tendo em vista que somente aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e, por decorrência sujeitos ao jubramento compulsório aos 70 anos de idade, pode ser apli- cado o regime

Superior Tribunal de Justiça

próprio de previdência, gerando direito ao pensionamento, na hipótese de morte, a ser paga pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.

Sustenta, de outra parte, que há divergência jurisprudencial acerca do tema, apontando como paradigma o acórdão proferido no RMS 28.286/RS.

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 583-598.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 516-523), foram os autos remetidos a esta Corte.

É o relatório.

O recurso não merece trânsito nesta Corte, pois o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em dispositivos e princípios constitucionais. É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do acórdão combatido:

A Constituição Federal de 1988 inovou em nosso sistema jurídico no sentido do regime aplicável aos notários e registradores. As atividades deixaram de ser incluídas dentre as de competência da Administração Pública, havendo a imposição de regime privado à prestação desses serviços - função delegada pelo serviço público.

Conforme os termos exarados no Mandado de Segurança nº 70022700744, julgado pelo Tribunal Pleno, até então, os serviços eram exercidos através do regime jurídico de direito público. Seus titulares eram detentores de cargos públicos e filiados à Previdência Especial dos Servidores Públicos.

[...]

Aqui, cabe destacar que o falecido esposo da demandante teve reconhecida judicialmente a implementação dos requisitos para a sua aposentadoria integral antes do advento da Emenda Constitucional nº. 20 de 1998, quando julgado o agravo de instrumento nº 70048801062, por ele manejado, que assim restou ementado:

[...]

Ainda, adveio a Emenda Constitucional nº 20/98, que modificou o sistema da previdência social, estabelecendo em seu art. 3º:

É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Como se percebe, restaram resguardados os direitos dos servidores que ao tempo da entrada em vigor da aludida Emenda já haviam preenchido os requisitos para obtenção de benefícios, situação em que se enquadra a autora, visto que pensionista de seu falecido esposo, o qual ingressou nos quadros de servidores do Estado na data de 1963. No caso em exame, reforço, o extinto servidor, quando da promulgação da Lei nº 8.935/94 e da Emenda Constitucional nº 20/98, contava já com tempo de serviço para obtenção de aposentadoria proporcional, não havendo, pois, questionar possuir ou não

Superior Tribunal de Justiça

status de servidor público ou não.

Quando a controvérsia é solucionada com fundamento em princípios ou dispositivos constitucionais, o recurso especial é inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Apesar de ter sido invocado, em Recurso Especial, dispositivo infraconstitucional, o fundamento central da matéria objeto da controvérsia é de cunho eminentemente constitucional. Descabe, pois, a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.

2. O STJ entende que somente em hipóteses excepcionais, quando estiver evidente que o quantum indenizatório foi fixado em montante irrisório ou exorbitante - o que não se verifica no caso dos autos - é possível ao STJ rever o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias.

3. Aplicar posicionamento distinto do proferido pelo aresto confrontado implicaria, necessariamente, reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.608.123/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI N. 12.546/11. BASE DE CÁLCULO. RECEITA BRUTA DA EMPRESA. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DO ICMS, ISS, PIS E COFINS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RECEITA E FATURAMENTO. VIA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO.

[...]

3. Segundo a jurisprudência majoritária desta Corte, a discussão referente ao conceito de faturamento e receita bruta, notadamente no que se refere à definição da base de cálculo, implica análise de matéria constitucional, o que é vedado nesta Corte Superior, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.505.664/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

